

Prescrição de ações só será decidida hoje

O final da noite premiou os trabalhadores que reivindicavam aos constituintes aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias. A lei ainda traçará os termos do dispositivo, mas o princípio ficou garantido ontem, ao ser derrotada emenda de autoria do deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES) — 311, não; 76 sim e 5 abstenções. Outro tema de interesse da categoria que começou a ser apreciado, ficando sua definição para a sessão de hoje, é a prescrição do tempo para ações trabalhistas.

Nessa questão houve uma vitória parcial dos trabalhadores com a aprovação de uma emenda de autoria dos deputados Paulo Paim (PT-RS), Vicente Bogo (PSDB-RS) e Carlos Cardinal (PDT-RS), que fez o texto que está sendo votado retornar ao que era antes, quando foi apreciado e aprovado em primeiro turno. Ao redigir o projeto, que está sendo votado em segundo turno, o relator Bernardo Cabral fez modificações no inciso XXIX, que estabelece o prazo prescricional. Durante a sessão, Cabral abriu mão de sua

redação, acatando a sugestão de voltar à anterior.

A emenda dos três constituintes foi considerada de correção e acatada pela Mesa. Ela permite aos trabalhadores urbanos entrar com ação trabalhista contrária ao empregador, até cinco anos depois de ocorrido o fato gerador da ação. Para os trabalhadores rurais a emenda garante um dispositivo constitucional que já existe há cerca de 40 anos no Brasil. Ele dá ao trabalhador do campo o direito de processar o empregador por casos ocorridos no passado, não estabelecendo limites de tempo.

O deputado José Santana de Vasconcellos (PFL-MG) apresentou emenda tentando igualar em cinco anos o prazo prescricional no campo e cidade, mas foi derrotado. Em seguida entrou para apreciação emenda do deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) que não alcançou quorum para aprovação ou rejeição, devido à anobria do deputado José Lourenço, que esvaziou o plenário. Hoje ela tornará a ser votada, com o objetivo de alcançar isonomia entre os dois setores.

Constituinte aprova turno de seis horas

Apesar do violento lobby contrário, a Constituinte manteve a jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva. A única modificação feita em relação ao texto aprovado no primeiro turno foi a retirada da palavra "máxima" após jornada, o que permitirá a fixação de jornadas maiores ou menores, desde que isso seja acertado entre patrão e empregados.

Atualmente, a jornada é de oito horas, mesmo em turnos de revezamento. Para adequarem-se ao novo sistema, as empresas terão que contratar cinco turmas, revezando-se em quatro turnos ao invés das quatro turmas que se revezam nos três turnos existentes hoje. O principal argumento dos empresários, de que não teriam como arcar com o aumento de custos representado pela contratação de mais uma turma, foi rebatido pelo deputado Konder Reis (PDS-SC), que defendeu a emenda: — Quando discutíamos o 13º salário, os emprega-

dores também diziam que iam falir, mas o 13º está aí e não fez ninguém falir. As seis horas vão garantir nobreza e dignidade ao trabalhador — disse Konder.

Para manter a jornada de seis horas, o plenário rejeitou, por 330 votos a 49, emenda supressiva de todo o inciso, assinada por nove constituintes. Antes da votação, o deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) tentou adiar mais uma vez a apreciação do dispositivo, mas sua sugestão foi recebida com vaias pelo plenário. O vice-líder do PFL, Inocêncio de Oliveira, orientou a bancada para não registrar o voto, sem sucesso.

A retirada da palavra "máxima" do texto, concessão feita pela esquerda para garantir a aprovação do dispositivo no primeiro turno, teve aprovação tranquila. A emenda, subscrita pelo deputado João Paulo (PT-MG), recebeu 443 votos a 2. A consagração do turno de seis horas foi a votação mais comemorada pelo plenário e galerias, até agora no segundo turno.

JULIO ALCANTARA



Para pressionar o plenário, os manifestantes utilizam camisetas com imensas letras vermelhas e formam frases: "Golpe não, votação já"

Feito o jogo, trabalhadores ganham

Inflexível, Ulysses não aceita obstrução e exige decisão no voto

O presidente da CUT, Jair Meneghelli, e um grupo pouco numeroso de sindicalistas chegaram cedo ao Congresso, apreensivos. As ameaças de inviabilização do quorum para a votação da jornada de 6 horas para os turnos ininterruptos se sucediam, ora por parte de lideranças do Centrão, ora por empresários como Jorge Gerdau.

A tentativa de um acordo — ou a simulação do entendimento — prosseguiu até a hora da votação. Com a radicalização dos dois lados, no último minuto líderes do Centrão e PFL tentaram concretizar a obstrução exigindo adiamento da votação. O presidente Ulysses Guimarães foi inflexível, garantindo a continuação dos trabalhos, com a vitória por 330 votos contra a derrubada das 6 horas.

Preocupado com as notícias de que o Centrão ameaçava negar quorum caso não se chegasse a um acordo sobre a matéria — ou seja a aceitação da proposta de 40 horas semanais ao invés de 6 diárias — Ulysses Guimarães cuidou do assunto logo cedo. De surpresa ele apareceu na reunião de líderes que discutiam alguns pontos pendentes no gabinete do líder do PMDB na Constituinte, Nelson Jobim. O item em exame era o mandado judicial para concretização de prisões, mas ele se limitou a fazer algumas observações sobre a matéria.

— Não vim aqui dar minha opinião sobre outras matérias que não estou a par. O que eu entendo direito é de quorum, e é por isso que estou aqui, para pe-

dir que haja quorum hoje à tarde — avisou o presidente.

RADICALIZAÇÃO

Paralelamente à reunião dos líderes, uma outra ocorria comandada pelos parlamentares João Paulo (PT/MG), Luis Roberto Ponte (PMDB/RS) e Paulo Paim (PT/RS), com a participação de sindicalistas e do empresário Jorge Gerdau (Grupo Gerdau). Esta última reunião confirmou o clima de radicalização entre as duas partes para fechar um acordo sobre a jornada de 6 horas nos turnos ininterruptos.

De um lado o PT e partidos de esquerda só admitiam discutir o acordo desde que garantissem as 6 horas diárias ou 36 semanais. Do outro lado os empresários não abriam mão das 40 horas semanais. O deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB/MG) chegou a sugerir 38 horas semanais como uma

alternativa intermediária, que também não sensibilizou ninguém.

— É melhor fechar um acordo agora do que negociar depois. Sem entendimento não haverá votação — repetia a ameaça diante dos trabalhadores o empresário Gerdau, confiante na estratégia que já estava sendo montada pelo Centrão para esvaziar o plenário. "Não adianta. Vamos votar", arriscava Paim.

Por volta das 14 horas o líder do PFL, José Lourenço, reuniu a cúpula do Centrão em seu gabinete para definir os detalhes da manobra que terminaria frustrada mais tarde. Já na reunião o deputado Luis Roberto Ponte se mostrara pouco confiante no sucesso da obstrução, já que os partidos que compõem o Centrão estavam divididos quanto à conveniência de deixar o plenário na hora da votação. Antes da votação, o próprio

deputado João Paulo, do PT, estava inseguro com a decisão de "pagar para ver".

Antes das 16 horas, na primeira chamada do presidente Ulysses Guimarães, o plenário parecia lotado de constituintes. Neste momento os negociadores continuavam as articulações no plenário, mas igualmente sem perspectivas de entendimento.

VOTAÇÃO

As 16h50, o presidente Ulysses Guimarães, animado com as presenças, anuncia a primeira votação. Como era matéria de consenso, o número necessário foi alcançado, o que aconteceu em outras votações menos importantes. Quando entrou em fase de encaminhamento o parágrafo 1º do artigo 5º, que prevê a aplicação imediata das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais, os líderes do Centrão ensaiaram a primeira debandada. Seria votada emenda do senador Saldanha Derzi, líder do Governo, suprimindo o parágrafo. Apesar do apelo do deputado José Lourenço para que a matéria fosse adiada, foi colocada em votação. O PFL se retirou e a emenda foi derrotada mesmo assim, já que o quorum fora atingido.

Diante da derrota, dentro do plenário, o empresário Gerdau colhia impressões junto aos constituintes aliados, já com a autoconfiança demonstrada anteriormente abalada.

Mais uma vez o líder José Lourenço, apoiado pelo deputado Luis Roberto Ponte, pede o adiamento da votação. Em nome da votação da maioria dos

líderes o presidente Ulysses Guimarães mais uma vez nega o pedido.

Na tribuna, o relator-adjunto Konder Reis (PDS/SC) fez uma defesa emocionada da manutenção do turno de 6 horas, embalado pelas galerias que gritavam: "Golpe não! Votação já". Nervosos e envolvidos com a retirada dos parlamentares do plenário, os propositores da emenda que previa a derrubada do texto sequer atentaram para o fato de que teriam direito de encaminhar favoravelmente da tribuna.

Na hora da votação, com o lado do Centrão vazio a pedido de Ponte, o primeiro resultado registrado no painel indicava que apenas 266 constituintes haviam votado até o momento. Susto nos sindicalistas e euforia de Ponte, que passou a trabalhar diretamente na Mesa de votação, na tentativa de impedir que os parlamentares votassem e completassem o quorum necessário de 280. Já nos 276 votos ele ainda puxava o senador Humberto Lucena para que não votasse. Sem sucesso. De um em um se chegou aos 280 e até mais de 300 votos. Estava definitivamente derrotada a tentativa de derrubar o texto o turno de 6 horas.

Em seguida os parlamentares votaram tranquilamente a retirada da expressão "máxima", com emenda de consenso. "Estávamos acostumados a ver aqui as vitórias do Ronaldo Caiado. Hoje foi a nossa vez", exultava o líder sindical Jair Meneghelli.

Galerias inovam no lobby

A Frente Nacional de Entidades Democráticas, Sindicais e Populares encontrou uma forma diferente de fazer lobby durante o transcorrer das votações. O corpo a corpo foi substituído pela criativa utilização de camisetas brancas com imensas letras vermelhas, que dependendo do lugar ocupado pelos que as usavam, iam formando frases e

acompanhando os momentos do plenário.

Assim, por exemplo, logo no início das votações, os manifestantes se perfilarão de modo a aparecer, com a reunião das camisetas, a frase: "Golpe não, votação já". Em seguida, começaram a orientar a votação para o turno ininterrupto com a expressão: "Vote sim 6 horas" e ainda: "Golpe não, seis horas sim".